

HABEAS CORPUS Nº 546.973 - SP (2019/0349323-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : FABIANO LARA BENITIZ E OUTRO
ADVOGADOS : GABRIEL LUDWIG VENTORIN DOS SANTOS - SP264483
FABIANO LARA BENITIZ - SP388320
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : N B DE C
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de N B DE C contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Apelação n. 0001494-86.2017.8.26.0394.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 12 (doze) anos, 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado, como incurso no artigo 217-A, tendo-lhe sido concedido o direito de recorrer em liberdade.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, que foi desprovido, determinando-se a oportuna expedição de mandado de prisão.

Nesta via, sustenta o impetrante a ilegalidade do acórdão impugnado quanto à determinação da imediata execução provisória da reprimenda privativa de liberdade pelo sentenciado antes do trânsito em julgado da condenação.

Assevera que o Juízo sentenciante deferiu ao apenado o direito de recorrer em liberdade, tendo permanecido solto durante a instrução processual.

Sustenta ser devido ao réu o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, nos termos do julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Requer, liminarmente, o deferimento do direito de permanecer solto até o julgamento final deste *writ*. No mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja determinada a suspensão da execução provisória da pena, garantindo-se ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade, expedindo-se salvo-conduto ou contramandado de prisão. Subsidiariamente, pleiteia a aplicação de medidas diversas da prisão.

É o relatório.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foi determinada a expedição de mandado de prisão em desfavor do réu "*oportunamente*" (e-STJ fl. 297), inexistindo qualquer menção à execução provisória da pena após o esgotamento da instância ordinária, circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

Ademais, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *mandamus*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo da 2ª Vara Judicial da comarca de Nova Odessa/SP, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere à situação prisional do paciente, e encaminhando, se houver, senha para acesso ao processo.

Com estas, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator